



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9297 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

MULHERES MANAUARAS, A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENININHAS,
DIREITO À CRECHE E COLONIALIDADE

Vanderlete Pereira da Silva - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

MULHERES MANAUARAS, A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS PEQUENININHAS, DIREITO À CRECHE E COLONIALIDADE

RESUMO

Este artigo contempla uma pesquisa de doutorado que visa contribuir com a produção científica acerca dos efeitos da colonização na educação das crianças pequenininhas de 0 a 3 anos de idade, com foco nas questões de gênero e etnia. O estudo originou-se no confronto entre as matrículas em creche e a população infantil da cidade de Manaus, levando-nos a problematizar a relação entre o processo de colonização e a forma como a colonialidade opera, criando entre os povos colonizados mecanismos de hierarquização que reforçam e reproduzem as desigualdades, afetando o cuidado e a educação das crianças. Com o objetivo de investigar os elementos sociais, políticos e as pluralidades históricas da realidade amazônica, que pudessem ser tomados como representativos de concepções do educar e cuidar de crianças, entrevistamos doze mulheres de um bairro com maior número de crianças de 0 a 3 anos. Partimos do pressuposto da falta de creches como expressão de resistência à colonialidade, tomando como referência os marcos legais, construídos sem considerar as diferenças culturais tão marcantes na Amazônia. Os resultados das análises demonstram que os efeitos da colonialidade operam na multiplicidade dos processos de exclusão que ocorrem simultâneos, reduzindo os espaços de confronto e resistência.

Palavras-chave: Colonialidade; Mães manauaras; crianças pequenininhas; Creche.

Introdução

O problema apresentado para construção da pesquisa é decorrente das inquietações como professora da rede pública, desde a Educação Infantil e a interrogação a respeito da

cidade de Manaus que, embora tenha uma expressiva participação feminina num polo industrial que funciona desde 1967, tem sua primeira creche pública inaugurada em 2008.

O estranhamento nos levou a problematizar: por que a cidade de Manaus demorou tanto para construir sua primeira creche pública? Por que a vaga na creche não se constituiu uma forte bandeira de luta das mulheres do município?

No aprofundamento da história de mulheres e crianças na região amazônica, observamos a diversidade étnica e o processo de colonização da região. O acesso a essas informações ampliou o olhar para a questão, inserindo elementos novos da cultura indígena. Foi com essa questão que chegamos ao projeto de pesquisa do doutorado, cujo objetivo geral foi: investigar elementos sociais, políticos e as pluralidades históricas da realidade que pudessem ser tomados como representativos de concepções de educar e cuidar de crianças, presentes nas alternativas criadas pelas mães, na perspectiva de compreender a falta de creches públicas no município.

Como desdobramento, definimos os seguintes objetivos específicos: conhecer e descrever as alternativas encontradas pelas mães para educar e cuidar das crianças de 0 a 3 anos em bairros desprovidos de creches públicas; relacionar os conhecimentos das mães acerca do direito à creche com a luta pela garantia da vaga das/os filhas/os filhos pequenininhas/os; analisar as percepções das mulheres no tocante ao atendimento das crianças em creches públicas; identificar aspectos que possam compreender as alternativas utilizadas pelas mães para o cuidado e guarda dos/as filhos/as em detrimento da luta pela vaga na creche.

Para dar conta das questões, buscamos os estudos decoloniais, na perspectiva de ruptura com a matriz colonial do saber, por conter uma forma de pensar desvinculada do pensamento e das práticas eurocêntricas. Iniciamos com Quijano (2005), a partir do conceito de colonialidade do poder, descrito pelo autor como parte constituidora da Modernidade, responsável pela continuidade do processo de dominação imperialista, para conhecer os efeitos da colonialidade e sua complexa estrutura que, segundo Mignolo (2017), se estende para o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Ao nos apropriar dessa discussão, relacionamos os temas às formas de educar e cuidar das crianças pequenininhas na cidade de Manaus, descrevendo e identificando as marcas da colonialidade que conseguimos visualizar.

Foram esses pressupostos que utilizamos para investigar as motivações que inicialmente nos pareciam incidir na ausência da reivindicação do direito à creche. Na análise do problema, encontramos evidências do modo de operar da colonialidade, que atuam para frear e não expandir a solidariedade entre as/os colonizadas/os, atribuindo aspectos de homogeneização que atingem também o feminismo, de forma a agir desde a subjetividade e intersubjetividade dos povos colonizados, escondendo as diferenças em relações sociais complexas, por concentrar tantas e diferentes etnias.

Metodologia

A pesquisa foi realizada na comunidade Nova Floresta - Bairro Jorge Teixeira, localizado na Zona Leste de Manaus, estado do Amazonas. Os dados do Censo Demográfico (2010) registram que nesse bairro encontra-se o maior quantitativo de crianças de 0 a 3 anos de idade e há somente uma creche.

Entrevistamos 12 mulheres mães de crianças pequenininhas. A aproximação com a comunidade foi realizada por intermédio de mulheres coordenadoras da Pastoral da Saúde. As mulheres da Pastoral, visitam as casas das famílias acompanhando as/os enfermas/os. Assim, puderam fazer as indicações que precisávamos para iniciar o trabalho.

A participação na pesquisa foi de livre escolha das indicadas, após apresentação do Projeto e o compromisso assumido de, ao final do trabalho, disponibilizarmos os resultados para as participantes. Sendo mulheres que têm filhas/os pequenas/os, as entrevistas ocorreram na casa das participantes.

Os objetivos da pesquisa indicaram a entrevista semiestruturada como a forma de coleta de informações mais adequada, possibilitando uma interlocução mais direta com os pressupostos teóricos que sustentam o estudo. A entrevista semiestruturada também se justificou pela necessidade de partir de um esquema referencial, porém, não aplicado rigidamente, facultando à entrevistadora as possíveis adaptações.

O processo de interação com a comunidade na tentativa de capturar o olhar significado pela subjetividade dessas mulheres, tornou-se possível dinamizado pela ação da pesquisadora durante a entrevista. O que não foi fácil. No início, as mães pareciam intimidadas com a presença da pesquisadora; afinal era uma desconhecida que queria saber de assuntos que sequer havia pensado ainda, como foi mencionado em alguns diálogos.

Quanto a isso, a forma de aproximação com as mães indicadas por alguém que elas conheciam e confiavam, passaram a justificar o esforço inicial, quando fomos várias vezes na comunidade nos dias marcados, sem conseguirmos a lista completa com o número de entrevistadas que precisávamos.

Resultados e Discussão

A análise dos índices de matrículas em creches públicas de forma isolada e a luta pela ampliação das vagas, sem considerar a história das mulheres amazonenses, parece secundarizada, não representando uma causa priorizada por essas mulheres. Na atualidade, elas encaram duras jornadas de trabalho nas fábricas do Distrito Industrial, e parecem não reagir da mesma forma, frente à ausência do direito das crianças e da própria mãe trabalhadora. Nesse sentido, reitero a atenção a respeito das questões étnicas, sobretudo as que são relativas à cultura indígena.

É nesse contexto da ancestralidade indígena, presente na cultura manauara, com as lentes do pensamento decolonial, que analisamos as alternativas encontradas pelas mães para educar e cuidar das/os filhas/os e a reivindicação do direito das crianças à creche. Ao nos referir às mães manauaras, referimo-nos às mulheres de culturas diferenciadas, miscigenadas, tanto indígenas quanto dos povos tradicionais (NASCIMENTO, 2016).

A imersão no tema nos levou a refletir a respeito da Constituição Federal brasileira de 1988, que inseriu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, inaugurando um novo olhar e uma nova concepção da educação das crianças pequenas no país. A Constituição não levou em conta as diferenças culturais que caracterizam as regiões brasileiras, nem as influências dos povos originários, que expressam formas particulares na educação das crianças. Não me refiro aqui à educação das crianças dos povos aldeados, pois estes são amparados por legislações específicas. Refiro-me às crianças, às filhas e aos filhos das mulheres manauaras que vivem em espaço urbano, marcadas por um pluralismo histórico atravessado pela ancestralidade indígena.

Assim, pensar a exclusão das crianças pequenininhas das creches de forma não isolada, deu espaço a uma investigação mais ampla da situação. Pelo fato do problema ter raízes profundas, a mera análise de dados estatísticos e o simples observar dos números não revelam toda a dimensão do problema e, por isso, ele se torna mais difícil de ser percebido e combatido. O olhar inicial estava balizado pela legislação vigente a respeito da educação das crianças que vivem em Manaus e que, sob essa ótica, têm seus direitos violados há mais de duas décadas, se considerarmos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, que afirma a creche como primeira etapa da Educação Básica. Os estudos referentes à colonialidade foram transformando as ideias, cedendo lugar a uma forma mais ampliada de olhar a mesma realidade. Estendendo o pensamento empreendido por Segato (2012) com relação à Lei Maria da Penha à educação das crianças, compartilho com a autora o seguinte questionamento:

[...] como seria possível recorrer ao amparo dos direitos estatais sem propor a progressiva dependência de um Estado permanentemente colonizador cujo projeto histórico não coincide com o projeto das autonomias e da restauração do tecido comunitário? (SEGATO, 2012, p. 04)

Nesse sentido, ao confrontar os números de matrículas em creches com a população infantil de 0 a 3 anos, questionávamos a “ausência” do Estado que, ao excluir as crianças de um processo educativo institucionalizado, atuava no sentido de destituir as crianças do seu direito, reforçando e reproduzindo as desigualdades sociais.

Nosso olhar tinha como parâmetro a construção da legislação, desconsiderando a colonialidade, essa especificidade do poder de dominação e exploração que permanece impregnada na subjetividade do colonizado (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2014). No entanto, com as reflexões imersas no pensamento das/dos teóricas/os decoloniais que acessamos e relacionamos ao problema investigado, passamos a observar as diferenças que caracterizam um país pluriétnico. Embora o pluralismo histórico dos povos originários esteja fortemente expresso no cotidiano, compreendíamos como invisibilizadas, e não como expressão da colonialidade. Nesse contexto das pluralidades e da resistência, entendemos que a ideia de cuidado e educação de crianças pequenininhas, que consta na legislação vigente, está vinculada ao ideário moderno/colonial de educação, em que as formas de cuidar e educar vislumbradas pelos povos que vivem na Região Norte não cabem.

Conclusões

A complexidade da questão apontou indicativos que nos levaram a refletir acerca da continuidade da condição de subalternidade em que as mulheres-mães e suas crianças estão imersas. Para compreender os modos de educar e cuidar das crianças pelas mães manauaras, é preciso pensar a partir do contexto da colonização, da exploração das Américas e, conseqüentemente, da formação da hegemonia capitalista.

A colonialidade do poder, de gênero, do saber e do ser alteram, ressignificam, interferem e estão presentes também nos modos de educar e cuidar das crianças pelas mães, favorecendo a continuidade da subalternização dos povos, impondo uma forma de educação não para a libertação, mas para perpetuar as formas de opressão. No caso das mulheres-mães manauaras, com ascendência indígenas, distanciando-as dos valores culturais e da organização social dos povos originários.

A colonialidade se expressa na internalização, depois de tantos séculos, do

pensamento de inferioridade dos povos colonizados. O desprezo pelos saberes e pela cultura ancestral e valorização ao que é do outro, com prevalência ao pensamento categorial dicotômico: civilizado/bárbaro, humano/não humano, rico/pobre, superior/inferior. Como consequência, constatamos a opção das mães pelas creches, para que as/os filhas/os aprendam, desde muito cedo, os saberes do colonizador.

Embora o cenário seja desolador com as tantas tragédias e ameaças às diversas formas de vida que habitam o planeta, as contradições tornam possível o avanço das forças que se opõem aos imperativos da globalização. Nesse sentido, as mulheres têm sido grandes protagonistas, como destaca Sílvia Federici (2020). Responsáveis pelos cuidados na reprodução das famílias, as mulheres estão no centro dos problemas estruturais da sociedade e são afetadas diretamente pela destruição causada pelo capitalismo, que vão desde a avassaladora degradação ambiental, com a derrubada da floresta e o aumento do garimpo na Amazônia, até os macroproblemas urbanos, agravados pela pandemia. Desta forma, a retirada de direitos e os processos de exclusão têm provocado outras maneiras de pensar formas alternativas de luta pela vida, fortalecendo ações coletivas de resistência, nas quais as mulheres se destacam por serem capazes de inventar diferentes modos de tecer outras tramas comunitárias, que têm garantido a sobrevivência de suas filhas e de seus filhos.

Referências

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2009**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2018

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. Tradução de Luciana Benetti Marques Valio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 32, n. 94, 2017. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf . Acesso em: 3 maio 2019.

NASCIMENTO, Solange Pereira do. **O Feminino Sateré-Mawé e suas Manifestações Simbólicas na Amazônia**. Tese de Doutorado. 176f. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas – Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina . *In*: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, setembro 2005, p. 107 – 130.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-Cadernos Ces [online], **Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical**, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 5 maio 2019.

